

ATA Nº 01/2012 REUNIÃO PLENÁRIA DO FÓRUM GAÚCHO DA APRENDIZAGEM PROFISSIONAL

No dia quatorze de março de dois mil e doze, no auditório da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul – SRTE/RS, em Porto Alegre, reuniu-se o Fórum Gaúcho da Aprendizagem Profissional. As instituições presentes a esta plenária encontram-se listadas no final da presente ata. A coordenação da reunião coube à Auditora Fiscal do Trabalho Sra. Denise Natalina Brambilla Gonzales, assessorada pela Sra. Mairi Terezinha Dalri, representante da SETREM e da Rede Sinodal. A Sra. Denise deu as boas vindas aos presentes e solicitou que as pessoas que estavam presentes a primeira vez se apresentassem, desejando que os mesmos passem a integrar permanentemente o Fórum. Na sequência foi apresentado o Sr. Luiz Felipe Brandão de Mello – Chefe da Fiscalização do RS que abordou os seguintes assuntos: Fiscalização Eletrônica, Aprendizagem de PCD, Inexistência de vagas ou cursos, Fiscalização das entidades sem fins lucrativos, registro das entidades sem fins lucrativos no Conselho Municipal dos direitos da Criança e Adolescente. Sobre o primeiro assunto Fiscalização Eletrônica da Aprendizagem: foi encaminhado para a Secretaria de Informática onde o sistema vai efetuar eletronicamente a verificação de quem não estiver cumprindo a cota, emitindo também de forma automática a notificação. Isso daria agilidade ao processo. Muitas empresas depois que vencem o primeiro contrato normalmente não cotizam novamente os jovens a não ser que sejam notificadas novamente, com isso se tem um círculo vicioso e não se consegue ampliar a atuação da fiscalização. Como esse processo que envolve a informática possivelmente ainda vai demorar um pouco, o Sr. Luiz solicitou que as entidades formadoras informem o Ministério do Trabalho dois meses antes dos cursos em funcionamento estarem finalizando para que seja possível o aviso as empresas nesse meio tempo de que precisam cotizar um novo jovem aprendiz. Solicitado aos presentes todos consideraram possível e ficaram com o compromisso de repassar essas informações as auditoras Denise e Marinês. Sobre os Cursos de Aprendizagem para PCD (Pessoas com Deficiência), falou-se da necessidade de avançar na inclusão dessas pessoas e na forma de preparação dos jovens com deficiência. Na ocasião também se manifestou o Fiscal Rafael Faria Gieger. O Ministério audita as empresas e em muitos casos quando elas não tem os PCD de acordo com a cota já estabelecem um termo de compromisso no qual a pessoa PCD pode ser um Jovem Aprendiz. Nesse caso a empresa atende a Lei dos PCD's e da aprendizagem. Porém os cursos de Aprendizagem precisam estar preparados para receber os PCD e produzir conhecimento com eles. Nova Portaria do Cadastro Nacional de Aprendizagem que vai contemplar a questão da inclusão de PCD no processo de aprendizagem. Alexandra, da FADERS relatou que iniciaram segunda feira uma turma de aprendizagem com PCD. Se colocou a disposição para entidades que tenham interesse em capacitar os professores para atuar com PCDs nos cursos de aprendizagem. A priorização da FADERS nesse momento está sendo do interior do estado. Fabiane do CIEE socializou que tem uma turma de Aprendizagem para PCDs em Pelotas e algumas pessoas inclusas nos cursos formais de Aprendizagem na região da grande Porto Alegre. Rafael comentou que é importante se ter um cadastro das pessoas que tem experiência e vivência com os cursos de aprendizagem de PCDs para que as instituições que iniciam não comecem do Zero. Gilberto (Marcopolo) trouxe o relato da experiência de Caxias do Sul onde um grupo de aprendizagem está focado em Pessoas com Deficiência Mental, o que é ainda mais desafiador e raro. O próximo assunto tem a ver com a oferta de vagas por Instituições sem Fins Lucrativos. Segundo o Luiz o auditor precisa primeiro verificar se o Sistema S não atende, ou seja se ele tem ou não vaga. Essa informação as empresas devem buscar essa informação não junto aos S's mas sim junto a Inspeção do trabalho. As grandes redes são fiscalizadas na capital, contudo precisa ser obedecido o número de aprendizes em cada cidade. Segundo o Sr. Luiz essa centralização teve dificuldade de ser operacionalizada pois o Ministério do Trabalho não tem um canal que recebe as informações corretas do Sistema S da existência ou não de vagas. Nara do SENAC levantou que as maiores dificuldades são o fato de que as empresas não procuram no momento em que os editais estão aberto e depois alegam que não se tinham vagas. Mairi da SETREM levantou a necessidade de avaliar a ausência de vagas e cursos, pois em alguns casos, em especial no interior os S não atendem a divergência de qualificação das empresas da região. Outro aspecto importante

levantado pelo Sr. Luiz é a forma como algumas instituições sem fins lucrativos conduzem os cursos, sendo necessário a avaliação da qualidade dos cursos, talvez se pensando quais os requisitos mínimos para a aprovação pedagógica e técnica de um curso. Sugestão de que o Fórum crie uma proposta de Diretriz Curricular para os Cursos de Aprendizagem. Marcos do Pão dos Pobres e a Silvia do Sistema Pescar levantaram novamente a necessidade de levar um documento pedindo a revisão da Instrução Normativa no. 75. Silvia levantou também que tem a necessidade de capacitação das pessoas envolvidas no aprendizagem para que as empresas entendam que não é apenas exploração na mãe de obra (trabalho). Sr. Gilberto Stols de Panambi solicitou onde buscar a informação com o fiscal sobre a oferta ou não do S na cidade e região de Panambi. Foi informado de que precisa buscar a informação na gerência em Ijuí. Gilberto deixou a sugestão de que se formalize quais as cidades onde as instituições sem fins lucrativos podem ou não atuar, buscando agilizar o processo e o entendimento. Colega Livia Barreto, da ESPRO levantou que existe diferença entre priorizar e proibir e segundo ela as empresas podem ser orientadas a priorizar mas não proibidas de efetuar a cotização dos jovens com outras empresas. Segundo Luiz os fiscais precisam seguir a lei e dessa forma somente poderão autorizar a contratação de jovens de instituições sem fins lucrativos se não houver vagas e cursos. O último assunto apresentado pelo Sr. Luiz é a necessidade de fiscalização das entidades sem fins lucrativos e, com isso essa ano essas atividades serão realizadas para avaliar o nível de qualidade. Sr. Luiz Armando do Banco do Brasil levantou que é preciso trabalhar com as famílias e que são as empresas que selecionam os jovens, quando na sua visão isso deveria ser feito pelos Ss. Levantou a sua preocupação que o Fórum olhe para os jovens carentes e o papel social da Aprendizagem. Sr. Luiz levantou que o que se faz está dentro da legislação e que o que precisa ser feito é convencimento e sensibilização. Nara levantou que o SENAC tem desenvolvendo cursos específicos solicitados pelos Sindicatos. Explicou que o processo seletivo acontece embasado na ficha socioeconômica. Samira Pinto, da Fundação Conesul, levantou também a necessidade de se avaliar a capacidade intelectual das pessoas que são selecionadas, pois isso é importante e precisa ser considerado. Alessandra da FADERS solicitou orientações sobre encaminhamentos quando na questão de PCDs a procura é maior que a oferta. Rafael ponderou sobre a necessidade das empresas entenderem que podem cumprir a cota com PCD que estejam em cursos de aprendizagem ou não. Cada vez mais as empresas estarão procurando pelo PCDs como aprendizes e com isso vai com certeza ter uma procura maior e também por esse motivo será exigido adequação das instituições para a Renovação do Cadastro de Aprendizagem Nacional. Rafael também explicou um pouco melhor as mudanças em termo de legislação, esclarecendo entre outras coisas, que os PCDs acumulam a remuneração da aprendizagem e o benefício que em muitos casos possuem como PCDs. Na sequencia se agradeceu a participação e a presença do Sr. Luiz e o mesmo solicitou permissão para se retirar da mesa. A Sra. Denise falou sobre o evento que estará acontecendo dias 27 a 29 de março que vai ser Nacional em Belo Horizonte, apenas para os auditores. Secretaria dos Direitos Humanos, BNDS. Vai ter mesa redonda dia 28 com os S's, MEC, PRONATEC. Vai haver reuniões com o SPBE (Secretaria de Políticas Públicas do Emprego). Sra Denise solicitou que o grupo possa estar encaminhando sugestões de assuntos e demandas para levar a esse evento. Uma das demandas que será apresentada diz respeito a questão da mudança na regulamentação do Ensino Médio que passa a ser Politécnico a partir desse ano no Rio Grande do Sul, estado que é piloto na implantação da Lei que deverá vigorar em todo o país no ano de 2013. Sugeriu-se que se leve a proposta de poder validar as horas e atividades dos jovens que estão participando de Cursos de Aprendizagem como atividade pedagógica válida nesse processo, uma vez que eles já estão em conteúdos que atinjam o que se quer no viés da educação do politécnico. A Sra Denise solicitou que outras sugestões sejam encaminhadas por e-mail até o dia 25 de março para que possam ser levadas a esse evento. A Sra. Denise trouxe informe que o piso regional foi alterado e com isso os valores dos aprendizes também. As faixas passam a ser respectivamente R\$ 700,00, R\$ 716,12, R\$ 732,36, 761,28. Na sequencia foi comentado sobre a equipe da Coordenação que deve ser constituída na primeira plenária do Fórum. Decidiu-se que se mantém o atual grupo e que os interessados em integrar a Coordenação deverá participar da reunião de coordenação no dia 11 de abril. A Sra. Marinês convidou os presentes para pensarem na oferta de Cursos de Aprendizagem no turno da noite. Nada mais havendo a constar, a presente ata foi encerrada por mim, Maidi Terezinha Dalri, que secretarie os trabalhos nesse dia.